

Biritinga, cidade pequena no Nordeste da Bahia: dimensão populacional, rede urbana e relação campo-cidade

Biritinga, a small city in Northeast Bahia: population size, urban network, and country-city relationship

Biritinga, pequeña ciudad del Nordeste de Bahía: tamaño de la población, red urbana y relación ciudad-país

Agripino Souza Coelho Neto  

Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador (BA), Brasil

ascneto01@gmail.com

Antonio Muniz dos Santos Filho  

Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador (BA), Brasil

muniz@uneb.br

Resumo

A ciência geográfica (geografia urbana e geografia regional) tem uma longa tradição no estudo das redes e hierarquias urbanas, das posições de centralidade, dos efeitos de polarização e das relações funcionais entre cidades, cujo acúmulo permite compreender a organização espacial e os processos e as dinâmicas urbano-regionais. O estudo das relações campo-cidade também encontra densidade no campo da geografia agrária. Inspirado neste repertório teórico, este texto objetiva analisar a dinâmica urbano-regional da pequena cidade de Biritinga, assim como os conteúdos rurais que a atravessam e que a constituem. Em termos metodológicos, foram feitos levantamentos de dados secundários (populacionais, das atividades econômicas, do número de estabelecimento e dos postos de emprego formal por setores de atividade). A pesquisa de campo consistiu na aplicação de 250 questionários à população residente na cidade, cuja amostra foi definida por critérios estatísticos, tomando como base a população urbana. Conclusivamente, foram verificadas: (i) a dependência da administração municipal na geração de emprego e da renda, cujos recursos advêm de transferências das instâncias superiores do Estado; (ii) a intensidade das relações campo-cidade e a marca das ruralidades no urbano; e (iii) a dependência da população da cidade em relação a um sistema urbano-regional, conformando uma hierarquia urbana.

Palavras-chave: Cidades Pequenas. Rede urbana. Hierarquia Urbana. Relações campo-cidade. Ruralidades no urbano.

Abstract

Geographical science (urban geography and regional geography) has a long tradition of studying urban networks and hierarchies, centrality positions, polarization effects, and functional relationships among cities, whose accumulation makes it possible to understand the spatial organization and urban-regional processes and dynamics. The study of rural-urban relations also finds density in the field of agrarian geography. Considering these theoretical concepts, this paper aims to analyze the urban-regional dynamics of Biritinga, a small City in the Bahia State, Brazil, as well as the pertinent rural contents. As a methodology, secondary data surveys were carried out, including population data, economic activities, number of establishments, and formal jobs by activity sectors. The field research consisted of applying two hundred and fifty questionnaires to the population living in the city, whose sample was defined by statistical criteria, taking the urban population as a basis. In conclusion, it was found that (a) the municipal administration is conditioned on the employment and income generation, whose resources are coming from the State government transfers; (b) there is intensity of rural-urban relations and mark of rurality on the urban; and (c) the city's population relies on a regional urban system, forming an urban hierarchy.

Keywords: Small Cities. Urban Network. Urban Hierarchy. Countryside-City Relations. Ruralities in the Urban.

Resumen

La ciencia geográfica (geografía urbana y geografía regional) tiene una larga tradición en el estudio de redes y jerarquías urbanas, de las posiciones de centralidad, de los efectos de polarización y de las relaciones funcionales entre ciudades, cuya acumulación permite comprender la organización espacial y los procesos y las dinámicas urbano-regionales. El estudio de las relaciones campo-ciudad también encuentra densidad en el campo de la geografía agraria. Inspirado en este repertorio teórico, este texto pretende analizar la dinámica urbano-regional de la pequeña ciudad de Biritinga, así como los contenidos rurales que las atraviesan y las constituyen. Desde el punto de vista metodológico, se recopilaron datos secundarios (población, actividades económicas, número de establecimientos y empleos formales por sector de actividad). La investigación de campo consistió en la aplicación de 250 cuestionarios a la población residente en la ciudad, cuya muestra se definió por criterios estadísticos, con base en la población urbana. En conclusión, se verificaron: (i) la dependencia de la administración municipal en la generación de empleo y renta, cuyos recursos provienen de transferencias de los niveles superiores del Estado; (ii) la intensidad de las relaciones campo-ciudad y la marca de la ruralidad en lo urbano; y (iii) la dependencia de la población de la ciudad de un sistema urbano-regional, configurando una jerarquía urbana.

Palabras-clave: Pequeñas ciudades. Red urbana. Jerarquía urbana. Relaciones campo-ciudad. Ruralidades en lo urbano.

Considerações Introdutórias

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) categoriza as cidades pequenas em três grupos, segundo suas respectivas populações: o primeiro agrupamento equivale às cidades com até 10.000 habitantes, o segundo enquadra as cidades entre 10.001 e 20.000 habitantes e o terceiro grupo abarca as cidades de 20.001 até 50.000

habitantes (Bacelar, 2009). Considerando esses parâmetros e a estimativa da população residente nos municípios brasileiros para 2024 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 87,88 % dos municípios brasileiros têm população inferior a 50 mil habitantes¹. Desse modo, as cidades pequenas constituem um fenômeno espacial expressivo na realidade brasileira, exigindo um esforço sistemático de análise dos geógrafos.

Corrêa (2011, p. 8) traça um perfil das cidades pequenas brasileiras na década de 1950, período em que o Brasil ainda experimentava uma industrialização e urbanização insipiente, que impactava diferentemente o território brasileiro. Neste contexto, a cidade pequena “constituía um nó fundamental na rede de relações econômicas envolvendo o urbano e o rural”, oferecendo “poucos serviços à sua população e a de sua hinterlândia”. Verificava-se que “a confluência entre o urbano e o rural estava também presente no ritmo da vida da pequena cidade, que dependia do ritmo das atividades agrícolas”. A cidade pequena “não era apenas o foco da vida econômica de sua hinterlândia”, mas, também, o foco da vida política e social.

Durante o século XX, o Brasil foi impactado por um conjunto de processos que marcaram sua configuração espacial. Experimentamos uma intensa e rápida industrialização e urbanização, uma melhoria progressiva na circulação de mercadorias, pessoas, informações e capitais, uma modernização (conservadora) do campo, uma crescente incorporação de novas áreas ao circuito produtivo, uma redefinição do papel do município como ente federativo, um forte emancipacionismo e fragmentação territorial, entre outros processos que afetaram a dinâmica urbana e rural brasileira.

Neste primeiro quartel do século XXI, os estudos das cidades pequenas começaram a se densificar, assumindo uma posição de crescente importância na agenda da geografia brasileira. Um escrutínio na literatura nos permite constatar que tais estudos se concentraram fundamentalmente em algumas dimensões de análise: (i) no tamanho das cidades, tendo como parâmetro a dimensão populacional; (ii) na classificação da importância dos papéis que estas cidades exercem; (iii) na conformação de redes urbanas hierárquicas e na dependência a um sistema urbano; (iv) na

¹ Considerando que o IPEA se refere a cidades, e a estimativa do IBGE acionada equivale à população municipal, o número percentual de cidades pequenas tende a ser maior, reforçando a expressividade das cidades pequenas no território brasileiro. Utilizamos a população municipal, pois os dados populacionais do último censo demográfico (2022) ainda não foram publicados em sua integralidade.

dependência da população em relação à administração pública municipal, fundamentalmente na promoção de atividades produtivas e sociais que, de modo geral, proporcionam certo dinamismo econômico; (v) nas fortes interações campo-cidade e nas ruralidades que marcam o espaço urbano; e (vi) nas sociabilidades particulares, que diferem das grandes cidades (Wanderley, 2001; Bacelar, 2008, 2009, 2012; Spósito, 2010; Soares e Melo, 2010; Corrêa, 2011; Moreira Junior, 2013; Henrique, 2012; Coelho Neto et al, 2021; Coelho Neto; Muniz Filho, 2024a).

Assumindo alguns desses parâmetros basilares, este artigo objetiva analisar a dinâmica urbano-regional da pequena cidade de Biritinga, assim como os conteúdos rurais que a atravessam e que a constituem, considerando um conjunto de elementos que definem e caracterizam as cidades pequenas: (i) a dimensão ou tamanho populacional e a dependência da população citadina em relação à administração pública municipal; (ii) as relações funcionais da cidade pequena e sua inserção em uma rede urbana regional; e (iv) as intensas relações campo-cidade, assim como as ruralidades que marcam a espacialidade urbana. Por sinal, a estrutura do texto obedece exatamente a esta ordem esquemática e se apresenta como perspectiva teórico-metodológica para o estudo das pequenas cidades.

Trabalhamos com a perspectiva hipotético-dedutiva, assumindo algumas premissas teóricas apontadas pela literatura, conforme enunciadas no parágrafo anterior. Em termos de procedimentos metodológicos, foi feito um levantamento de dados secundários, com coleta de dados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia (SEI), no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA), no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (Ministério da Saúde), no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Ministério da Educação) e na Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Foram selecionados dados populacionais, dados das atividades econômicas, dados dos postos de emprego formal, distribuídos por setores de atividade econômica, e dados de estabelecimentos de saúde e de instituições de ensino.

A execução da pesquisa de campo consistiu na aplicação de 250 questionários à população residente na cidade de Biritinga (BA). A amostra da população foi definida por critérios estatísticos, tomando como base a população urbana, dados do Censo Demográfico de 2010, considerando uma margem de erro de 5% e um grau de

confiança de 90%. Durante o trabalho de campo, realizamos observação sistemática com apoio de grade de observação e fizemos registros fotográficos para identificar as manifestações materiais das ruralidades no urbano.

Biritinga (BA): dimensão populacional e dependência da administração pública

O adjetivo “pequena” qualificando o substantivo “cidade” aponta, de modo quase inescapável, para a necessidade de se pensar no tamanho populacional, pois, conforme argumenta Fresca (2010, p. 76), a “palavra pequena é um adjetivo, que remete à noção de tamanho, dimensão e, no caso das cidades, a uma associação entre pequeno número de habitantes com pequena área - no sentido mensurável - ocupada por uma cidade”.

Há diversas propostas de classificação das cidades. Além da categorização das cidades pequenas do IPEA, mencionada na introdução deste artigo, o IBGE (2010) também estabeleceu uma classificação das cidades pequenas, tomando como parâmetro o tamanho populacional. Diferindo do IPEA, que define três grupos, o IBGE estabelece dois portes identificáveis como cidades pequenas: (i) municípios de pequeno porte 1, com até 20.000 habitantes, e (ii) municípios de pequeno porte 2, com população entre 20.001 e 50.000 habitantes.

Jacobi (1994) elabora uma proposta de classificação para as cidades latino-americanas, considerando sua dinâmica da urbanização, e estabelecendo três tipos de cidades e seus agrupamentos internos, obedecendo como parâmetro o tamanho populacional (Quadro 1). Importante ressaltar a correspondência entre esta classificação e aquela proposta pelo IPEA para as cidades pequenas.

Quadro 1: Proposta de classificação das cidades latino-americanas, conforme Jacobi (1994)

TIPOS DE CIDADES	NÍVEIS HIERÁRQUICOS	CARACTERÍSTICAS
CIDADES GRANDES	NÍVEL 1	Cidades que abrigam mais de um milhão de habitantes.
	NÍVEL 2	Cidades que abrigam entre 500 mil e um milhão de habitantes.
CIDADES INTERMEDIÁRIAS	NÍVEL 1	Cidades que têm entre 100 mil e 500 mil habitantes.
	NÍVEL 2	Cidades que têm entre 50 mil e 100 mil habitantes.
CIDADES PEQUENAS	NÍVEL 1	Cidades com população entre 20 mil e 50 mil habitantes.
	NÍVEL 2	Cidades que têm entre 10 mil e 20 mil habitantes.
	NÍVEL 3	Cidades com tamanho populacional inferior a 10 mil habitantes.

Fonte: Jacobi (1994). Elaborado pelos autores (2024).

O estado da Bahia é formado por 417 municípios, cujas respectivas sedes equivalem a cidades com diferentes dimensões populacionais e características funcionais, sendo que a grande maioria das cidades baianas tem pequeno porte em termos de tamanho populacional. Considerando a proposta classificatória de Jacobi (1994) e a estimativa da população residente nos municípios brasileiros para 2024, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 371 (88,97%) municípios baianos são pequenos, 44 (10,55%) são intermediários e apenas 2 (0,48%) são grandes (IBGE, 2024).

Mesmo se considerarmos os argumentos de Wanderley (2001, p. 3), para quem os pequenos municípios são “aqueles cuja população urbana não ultrapassa 20.000 habitantes”, 242 (60,43%) municípios baianos podem ser classificados como muito pequenos. É fundamental esclarecer que a autora se refere aos municípios e à população urbana, não propriamente às cidades, pois nem sempre a população urbana equivale à população da cidade (sede municipal), uma vez que, na divisão político-administrativa brasileira, as vilas, que são sedes distritais, também têm população urbana, contabilizada nos Censos Demográficos. Vale salientar que municípios com população até 20.000 habitantes podem ter uma sede municipal (cidade) com contingente populacional bem inferior, caso da cidade de Biritinga (BA), cuja população era 3.517 habitantes em 2010 (Tabela 1).

Em 1890, o povoado Manga passou à categoria de Distrito com a denominação de Biritinga, integrado ao município de Serrinha. A elevação de Biritinga à categoria de município ocorreu em 1962, pela lei nº 1684, de 23 de abril de 1962, sendo constituído apenas pelo distrito sede (IBGE, 2021), sendo assim, a população urbana equivale à população efetiva da cidade. O IBGE (2021) descreve um pouco da formação histórico-territorial do município e da cidade:

Biritinga, nome indígena que significa: Biri - Cana silvestre e Tinga - Branca. Em 1822, o Senhor João Pedreira Lobo fundou em terras pertencentes à Sesmaria de Biritinga a Fazenda Bebedouro, 9 km distante da atual cidade de Biritinga. Em 1864 já havia um pequeno núcleo que pertencia ao município de Inhambupe, sendo criado distrito pela lei provincial nº 1.267, de 8 de abril de 1873, com a abertura da estrada real pelo agrimensor provinciano Joaquim Nobre da Silva Basto, ligando Alagoinhas a Monte Santo, a mesma passou a cortar as terras hoje pertencentes ao atual município de Biritinga num lugar denominado Manga. Devido à existência de água em abundância e neste lugar haver um grande pé de manga, cuja árvore foi transformada em pouso de tropeiros e viajantes.

Tabela 1: População por situação de domicílio do município de Biritinga (BA), 1991-2022

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO RURAL (%)
1991	1.781	12.839	14.620	88%
2000	2.347	12.294	14.641	84%
2010	3.517	11.316	14.833	76%
2022	-	-	15.146	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991, 2000, 2010 e 2022. Elaborada pelos autores (2024).

A Tabela 1 mostra a evolução populacional do município de Biritinga nas últimas três décadas, revelando que a população se mantém praticamente estável, com insignificante acréscimo populacional. Todavia, destaca-se a representatividade da população rural, ainda muito significativa no ano de 2010 (76%). Importante destacar que, em 2010, a população urbana do estado da Bahia já tinha atingindo 72% (IBGE, 2010), portanto, a realidade urbana de Biritinga destoa completamente da tendência de urbanização predominante na Bahia e no Brasil. Os dados de população rural de Biritinga destoam dos dados da Bahia e do Brasil, em decorrência da forte presença

rural nas cidades pequenas, conforme uma de nossas hipóteses de trabalho, apresentada na introdução. Estamos trabalhando com o pressuposto de que as cidades pequenas ainda mantêm expressiva população rural, pois as relações campo cidades são mais estreitas. O grau de urbanização nestas cidades é bastante frágil e a dependência de bens e serviços oferecidos pelas cidades ainda ocupa uma posição importante.

Segundo Bacelar (2012), o tamanho populacional e os aspectos político-administrativos são elementos importantes para caracterizar as pequenas cidades, em especial, a extrema dependência da população em relação ao poder público. O referido autor aciona as duas componentes como critérios de definição das pequenas cidades:

Pequenas cidades em que a base produtiva e de empregos é pequena, seus habitantes vivem quase em total estado de dependência do poder público, exemplificado pelas prefeituras, tornam-se o maior empregador dos municípios pequenos, como na grande maioria das pequenas cidades com população inferior a 10.000 habitantes, e os recursos ou receita tributária municipal não representam a principal fonte de receita (Bacelar, 2009, p. 6).

A dependência da população em relação à administração municipal é um dado flagrante nas pequenas cidades. A Tabela 2 mostra que 72% dos empregos formais por setores de atividades em Biritinga (BA) se concentram no setor público, permitindo-nos constatar a forte dependência econômica da população em relação à administração municipal. Nesta perspectiva, podemos reconhecer, em conformidade com a afirmação de Bacelar (2009, p. 10), que “o Estado-município opera como grande empregador e promotor de ações econômico-produtivas e sociais”. O setor agropecuário, por sua vez, ainda mantém importante contingente de empregos formais (15%), dado que pode ser explicado pelos expressivos números de população rural do município (Tabela 01). Os setores do comércio (10%) e dos serviços (2%) têm pequena representatividade no contexto municipal. Estes dados, que se referem a atividades típicas dos centros urbanos, revelam o pequeno dinamismo da cidade Biritinga, sinalizando que a pequena oferta de bens e serviços na cidade aponta para uma forte dependência de um sistema urbano-regional, como veremos na próxima seção.

Tabela 2: Postos de emprego formal, distribuídos por setores de atividade econômica e percentual de empregos vinculados à Administração Pública, Biritinga (BA) – 2022

SETOR DE ATIVIDADE	DADOS ABSOLUTOS	DADOS RELATIVOS
Administração Pública	747	72%
Comércio	107	10%
Serviços	21	2%
Indústria de Transformação	4	0%
Construção Civil	3	0%
Agropecuária e Extrativismo	157	15%
Total	1039	100%

Fonte: Brasil (MTE-RAIS, 2022). Elaborado pelos autores (2024).

A dependência da população em relação à administração municipal se mostra mais grave quando nos deparamos com os dados das contas municipais, que detalham as fontes de recursos. A Tabela 3 reforça a constatação do pequeno dinamismo de Biritinga, considerando que apenas 4% das receitas decorrem do próprio município, que depende fundamentalmente das transferências oriundas dos repasses estaduais de federais (96%).

Tabela 3 - Biritinga (BA). Contas Municipais - 2023

DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR*	DIFERENÇA PERCENTUAL DA RECEITA TOTAL
	(Em R\$)	
Receita Própria do Município	3.738.284,50	4%
Transferência de Recursos	81.509.534,40	96%
RECEITA TOTAL (Própria + Transferência)	85.247.818,90	100%
Gastos com Saúde	8.422.795,76	10%
Gastos com Educação	48.541.344,81	57%

Fonte: TCM-BA (2023). Elaborado pelos autores (2024).

Bacelar (2008) reforça esse fenômeno, destacando a dependência dos municípios pequenos, com menos de 10 mil habitantes, como Biritinga, em relação aos repasses das instâncias superiores do Estado, principalmente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM):

Dos municípios brasileiros, aqueles com até 10.000 habitantes participam com apenas 9,9% das receitas tributárias do país (ISS, IPTU, ITBI, ICMS etc.). Sendo assim, os repasses Federais e Estaduais são as fontes vitais desses municípios, que não conseguem gerar receita interna. A fonte principal destes repasses é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), criado pelo governo Federal como uma forma “de transferência de caráter compensatório, que procura dar mais recursos para aqueles municípios que têm menos condições de arrecadar por seus próprios meios” (Bacelar, 2008, p. 7).

Um aspecto controverso das regras dos repasses das outras esferas do Estado equivale ao critério atrelado ao montante populacional, assim, municípios com “[...] população inferior a 10.000 habitantes, que têm forte tendência à estagnação e/ou pouco crescimento populacional, ficam com o coeficiente mais baixo no repasse estadual do ICMS e, principalmente, do FPM, de ordem federal” (Bacelar, 2008, p. 8). Trata-se de um círculo vicioso com difícil equacionamento.

Há uma dupla dependência da população em relação à administração municipal e dos municípios em relação às esferas superiores do Estado. Esses fenômenos engendram outros problemas, alimentando práticas políticas conservadoras, como o clientelismo e o patrimonialismo. Esse é um veio que pode ser mais bem explorado pela geografia.

Biritinga (BA) e sua inserção na Microrregião de Serrinha (BA) e na rede urbana do Nordeste da Bahia

A distribuição espacial desigual de bens e serviços pelo território produz densidades e rarefações, concentrações e dispersões, permitindo-nos pensar na conformação de uma hierarquia urbana, cujos distintos centros ocupam diferentes posições no sistema urbano. A necessidade de atendimento das demandas por bens e serviços das populações dos centros de menor posição hierárquica gera relações funcionais e conformam uma rede urbana.

Há uma tradição de estudos geográficos devotados às redes urbanas na Geografia, mas, notadamente, o ponto de inflexão se verifica com a publicação da tese de doutorado de Walter Christaller sobre os lugares centrais no sul da Alemanha². Os

² CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1966.

lugares centrais se constituíam em pontos de “[...] distribuição de produtos industrializados e prestação de serviços para uma população residente na hinterlândia do lugar central” (Corrêa, 2018, p. 59). Nesta perspectiva, a rede urbana pode ser compreendida pela função que as localidades apresentam, uma vez que “[...] existem princípios gerais que regulam o número, o tamanho e a distribuição dos núcleos de povoamento, em grandes, médias e pequenas cidades, e ainda minúsculos núcleos semirrurais” (Corrêa, 1989, p. 21).

Fresca (2010, p. 77) esclarece como a Teoria das Localidades Centrais concebe o sistema urbano em termos de uma hierarquia:

A demanda por bens e serviços traduz localizações diferenciadas, pois há produtos e serviços de consumo frequente e pouco frequente, permitindo estabelecer o alcance espacial máximo e mínimo de cada produto. Desta diferenciação na oferta dos bens e serviços, emerge uma diferenciação entre as localidades centrais, que, segundo a teoria, é uma diferenciação de caráter hierárquico.

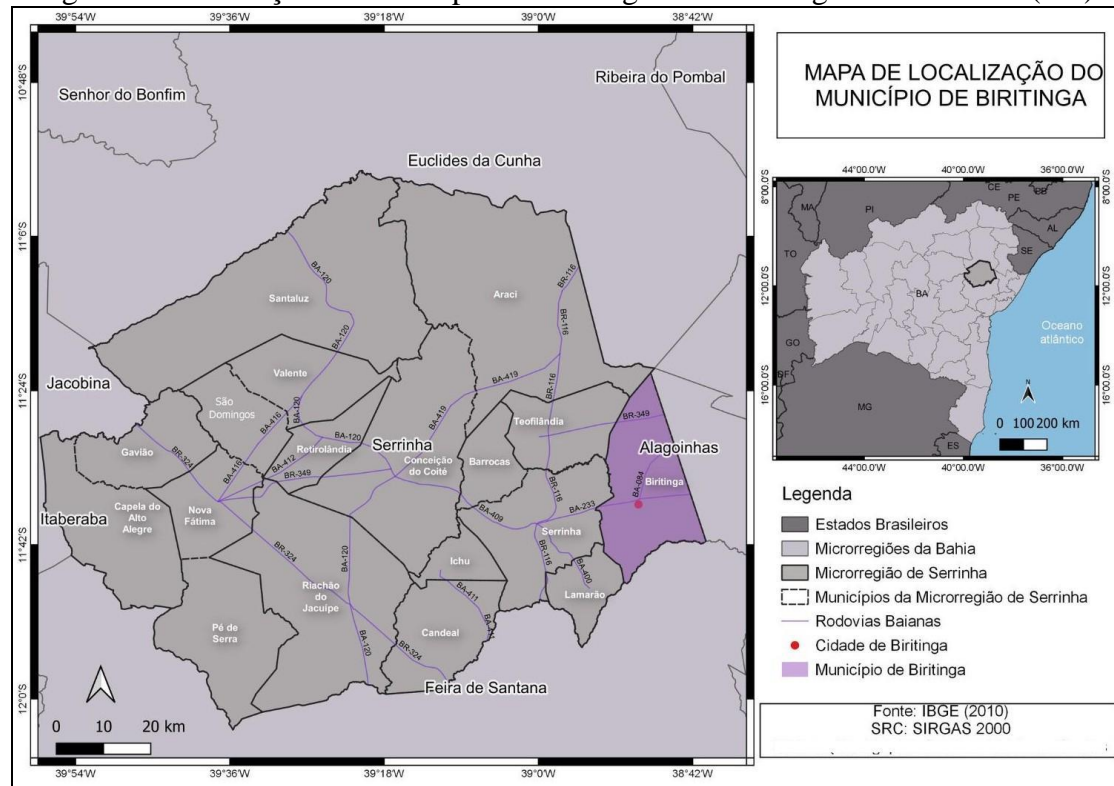
Para Fresca (2010, p. 77) “[...] as localidades de mais baixo nível hierárquico são denominadas de centros locais”. Estas cidades se localizam na base da hierarquia urbana e atendem as necessidades do seu entorno imediato, mais precisamente das áreas rurais que compõem a malha municipal.

Importante salientar que a localização geográfica é um dado a ser considerado, pois pode diferenciar as cidades em suas funções urbanas e no papel que desempenham na rede urbana. Neste sentido, Moreira Junior (2013, p. 26) afirma que há “diferenças entre as cidades pequenas localizadas em áreas metropolitanas e aquelas que se encontram em áreas não metropolitanas”. São verificadas também “diferenças entre cidades localizadas em áreas densamente povoadas e aquelas encontradas em regiões com baixa densidade”. O autor nos lembra de que “há cidades com cerca de 50 mil habitantes com características de uma cidade média em regiões de baixa densidade demográfica”.

O município de Biritinga é integrante da Microrregião de Serrinha, localizada na porção nordeste do estado da Bahia, com área territorial de 565 km², limitando-se territorialmente com os municípios de Araci, Tucano, Água Fria, Sátiro Dias, Teofilândia e Serrinha (Figura 1). No total, 18 municípios constituem a Microrregião de

Serrinha. Economicamente a região se destaca pela pecuária, sobretudo ovina e caprina, pelo cultivo e beneficiamento do *Agave sisalana* (sisal) e também pelas indústrias calçadistas, instaladas principalmente em Serrinha, cidade-polo regional.

Figura 1: Localização do município de Biritinga na Microrregião de Serrinha (BA)



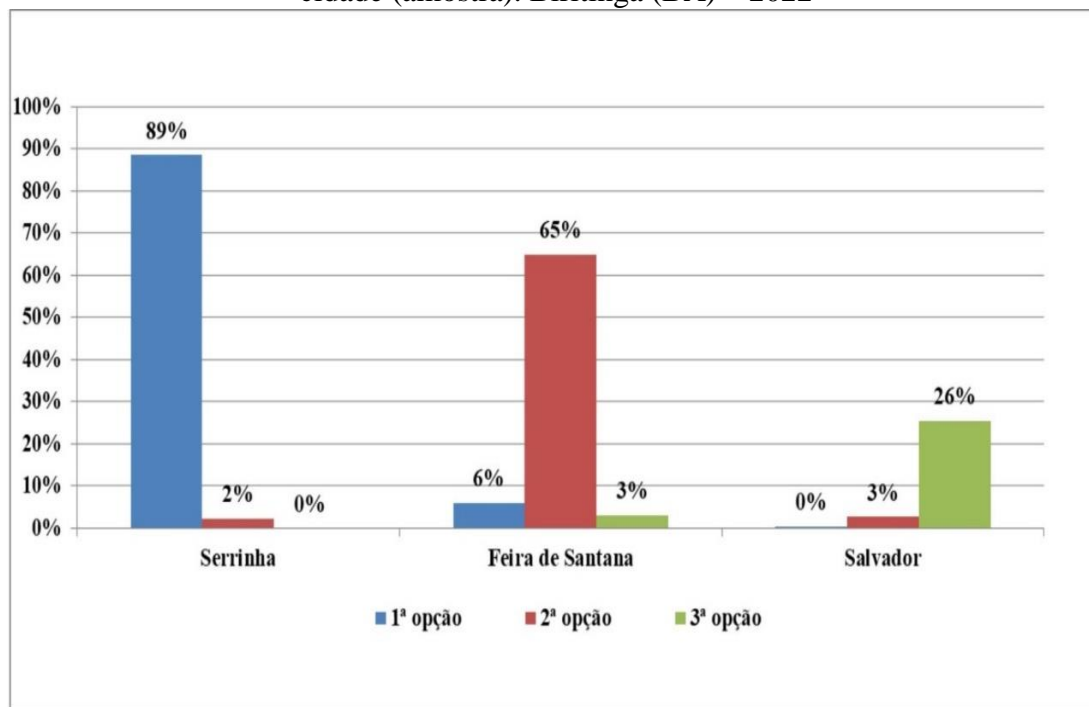
Elaboração: os autores (2024).

Pode-se inferir que a distância, aliada à pequena oferta de transporte regular, assim como a densidade da oferta de bens e serviços em um determinado centro urbano, sejam os elementos que mais influenciam na preferência das pessoas na busca por produtos e serviços em cidades que integram uma microrregião, ficando, portanto, em alguns casos, o deslocamento até a capital do estado como última opção.

Os dados da pesquisa de campo revelaram que 89% dos entrevistados buscam por produtos não encontrados em Biritinga, e a cidade de Serrinha é a primeira opção. Como segunda opção, 65% dos entrevistados apontaram a cidade de Feira de Santana. Além das cidades supramencionadas, também apareceu como terceira opção, mas com

menor percentual de indicação (26%), a cidade de Salvador, capital do estado (Figura 2).

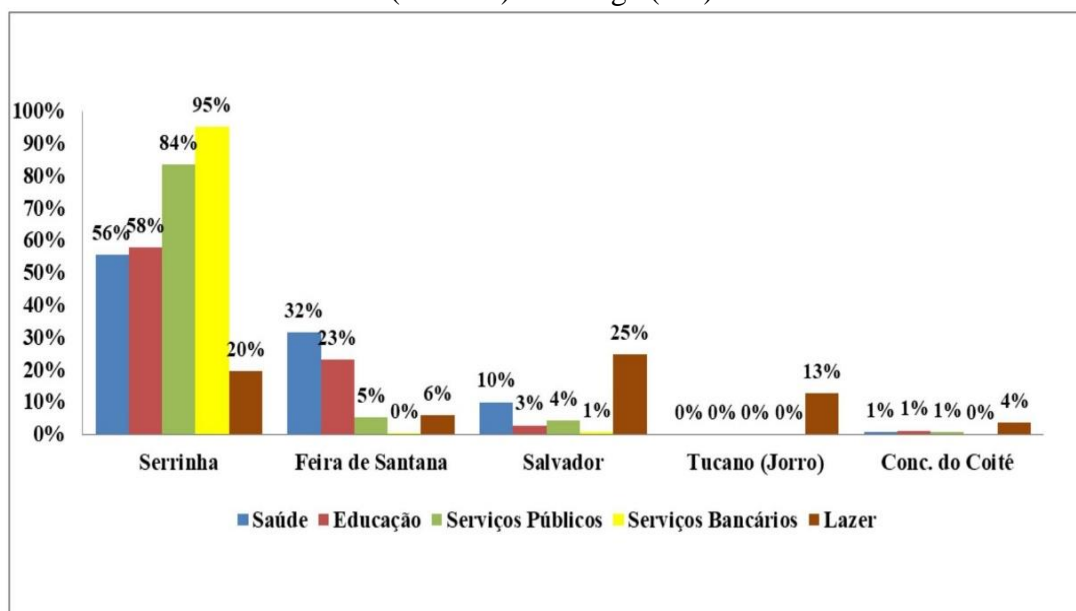
Figura 2: Principais cidades onde o residente busca produtos não disponíveis na sua cidade (amostra). Biritinga (BA) – 2022



Fonte: Trabalho de Campo (2020-2021). Elaborado pelos autores (2024).

A cidade de Serrinha aparece também como principal centro urbano, onde a população de Biritinga busca atender suas demandas por serviços, quando não são satisfatoriamente ofertados em Biritinga. Assim, um número expressivo de cidadãos de Biritinga indicou que buscam em Serrinha serviços de saúde (56%), de educação (58%), serviços públicos (84%) e serviços bancários (95%). A cidade de Feira de Santana aparece também como alternativa importante para os serviços de saúde (32%) e de educação (23%). Em termos de atividade de lazer, as indicações mais substantivas foram a cidade do Salvador (25%), pela ampla oferta de lazer como capital estadual, e Tucano (13%), pela existência de uma estância hidromineral (Caldas do Jorro) (Figura 3).

Figura 3: Principais cidades onde o residente busca serviços não disponíveis na sua cidade (amostra). Biritinga (BA) - 2022



Fonte: Trabalho de Campo (2020-2022). Elaborado pelos autores (2024).

As cidades de Serrinha e Feira de Santana, que aparecem na indicação dos entrevistados, são importantes centros regionais de oferta de bens e serviços. Feira de Santana, com população de 616.272 habitantes, conforme Censo Demográfico 2022, é a segunda maior cidade do estado da Bahia. Segundo o Regic 2018 (IBGE, 2020), trata-se de uma Capital Regional B, que equivale a centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão. Serrinha, com população de 80.435 habitantes é um importante centro urbano microrregional. Na classificação do Regic 2018 é um Centro Sub-Regional B, apresentando atividades de gestão menos complexas, com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais.

Um conjunto de aspectos ajuda a explicar as relações funcionais entres estes centros urbanos. Inicialmente, podemos recorrer à variável distância. A Tabela 4 explica a expressiva influência da cidade de Serrinha em relação à cidade de Biritinga. Os dados apontados nas Figuras 2 e 3 nos conduzem a inferir que a escolha dos cidadãos decorre, em parte, do fato de a distância percorrida entre Biritinga e Serrinha ser menor (24 km), demandando menor tempo de viagem (31 min), e também porque a cidade de Feira (90 km) dispõe de maior oferta de produtos e serviços para o atendimento à demanda regional, mesmo considerando que o tempo de viagem (1h 35min) para tal deslocamento seja significativamente maior (Tabela 4).

Tabela 4: Distância e Tempo de Viagem de Biritinga para as cidades procuradas pela população para atendimento de bens e serviços urbanos

PRINCIPAIS CIDADES	DISTÂNCIA PARA BIRITINGA (km)	TEMPO DE VIAGEM (horas)
Salvador	207	03:45:00
Feira de Santana	90	01:50:00
Serrinha	24	00:31:00
Conceição do Coité	59	01:11:00
Tucano	104	01:48:00

Fonte: Google Maps, 2024. Elaborada pelos autores (2024).

No entanto, para compreensão das relações funcionais entre as cidades mencionadas, é fundamental recorrer às informações sobre a oferta de bens e serviços, bem como às posições destas cidades na rede urbana do nordeste da Bahia. Segundo Soares e Melo (2010), a maior parte das cidades pequenas brasileiras, caso de Biritinga (BA), apresenta um processo de urbanização frágil, pois dispõem de uma pequena oferta de bens e serviços urbanos, gerando, por conseguinte, dependência em relação aos grandes e médios centros urbanos, que concentram as atividades econômicas e a oferta de serviços.

A Tabela 5 apresenta a participação de Biritinga e de Serrinha na composição de estabelecimentos por setores de atividades em termos microrregionais. Os dados revelam que (i) Biritinga dispõe de presença incipiente de estabelecimentos em diversos setores de atividade e (ii) a existência de certa concentração de estabelecimentos na cidade de Serrinha, no contexto microrregional. Esses dados explicam, por exemplo, a indicação da Figura 2, considerando que a população de Biritinga recorre ao comércio mais robusto na cidade de Serrinha.

Os dados da Tabela 6 também reforçam esta mesma lógica de organização espacial, ou seja, as rarefações em Biritinga e a concentração em Serrinha, detalhando os dados de oferta de equipamentos de serviços de educação, de saúde e serviços bancários. Em termos de educação, a cidade de Biritinga não dispõe de oferta de ensino superior, enquanto Serrinha concentra essa oferta. A concentração também é observada em termos de hospitais, pronto atendimento, leitos hospitalares e agências bancárias. Estes dados, que revelam rarefações e densidade/concentrações, explicam por que a

população de Biritinga recorre a Serrinha para atendimento de suas demandas por bens e serviços, revelando também o papel de Serrinha como centro regional que polariza o contexto microrregional.

Tabela 5 - Participação dos Estabelecimentos por Setor de Atividade nos Municípios de Biritinga e Serrinha e Microrregião de Serrinha (Bahia). 2019

TIPOS DE ESTABELECIMENTOS	MUNICÍPIO DE BIRITINGA		MUNICÍPIO DE SERRINHA		MICRORREGIÃO DE SERRINHA
	BIRITINGA	% EM RELAÇÃO A MICRORREGIÃO	SERRINHA	% EM RELAÇÃO A MICRORREGIÃO	
Industrial	3	0,64%	125	26,82%	466
- Extrativismo Mineral	-	0,00%	2	22,22%	9
- Transformação	2	0,62%	80	24,62%	325
- Serv. Industrial Util. Pública	-	0,00%	2	66,67%	3
- Construção Civil	1	0,78%	41	31,78%	129
Comércio	35	1,78%	529	26,89%	1.967
Serviços	6	0,64%	309	32,87%	940
Administração Pública	2	4,76%	4	9,52%	42
Agropecuária e Extrativismo	6	3,03%	33	16,67%	198
Total	55	1,35%	1.125	27,58%	4.079

Fonte: SEI (2019). Elaborado pelos autores (2024).

Tabela 6 - Oferta de Estabelecimentos de Serviços nos Municípios de Biritinga e Serrinha e Microrregião de Serrinha (Bahia). 2023

ESTABELECIMENTOS	MUNICÍPIO DE BIRITINGA		MUNICÍPIO DE SERRINHA		MICRORREGIÃO DE SERRINHA
	BIRITINGA	% EM RELAÇÃO A MICRORREGIÃO	SERRINHA	% EM RELAÇÃO A MICRORREGIÃO	
Instituições Públicas de Ensino	31	7,49%	57	13,77%	414
- Nível Fundamental	30	8,11%	48	12,97%	370
- Nível Médio	1	2,44%	7	17,07%	41
- Nível Superior	0	0,00%	2	66,67%	3
Instituições Privadas de Ensino	1	1,01%	25	25,25%	99
- Nível Fundamental	1	1,23%	20	24,69%	81
- Nível Médio	0	0,00%	4	26,67%	15
- Nível Superior	0	0,00%	1	33,33%	3
Bancos	0	0,00%	5	26,32%	19
- Público	0	0,00%	3	21,43%	14
- Privado	0	0,00%	2	40,00%	5
Hospitais e Pronto Atendimento	2	4,35%	7	15,22%	46
Leitos Hospitalares	30	3,68%	221	27,08%	816
- Público	30	4,54%	176	26,63%	661
- Privado	0	0,00%	45	29,03%	155

Fonte: CnesWeb - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (2024); e-MEC - Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (2024); Bancos Brasil - Localize sua agência (2024); MEC - Sinopse Estatística da Educação Básica (2023). Elaborada pelos autores (2024).

Um dado importante para avaliar as relações funcionais entre centros urbanos, as posições de centralidade, os efeitos de polarização e a conformação de hierarquia

urbana é encontrado na publicação “Regiões de Influência das Cidades 2018” (IBGE, 2020). O estudo se sustenta na ideia de que os centros urbanos estabelecem relações funcionais entre si, formando uma rede urbana, configurando uma hierarquia de cidades.

Ao contrário da abordagem mais recorrente de região, tomada como uma zona contígua, em geral sem superposições entre regiões vizinhas, a região reticular considerada na Regic não necessariamente é contígua, e, dependendo da escala, apresenta superposições e duplas subordinações de cidades. Os dois componentes fundamentais para o estabelecimento da hierarquia e região de influência das cidades são a atração exercida entre as cidades próximas e as ligações de longa distância realizadas pela atuação de instituições públicas e privadas presentes nos centros urbanos. Para cada um desses componentes, procedimentos metodológicos específicos foram utilizados, com o propósito de compatibilizar informações de natureza distinta para compor a rede urbana brasileira (Ipea, 2021, p. 22).

A hierarquia urbana elaborada pelo Regic 2018 está estruturada em cinco níveis: Metrópoles, Capitais Regionais (A, B e C), Centros Sub-Regionais (A e B), Centros de Zona (A e B) e Centros Locais. Na proposta classificatória do Regic 2018, a cidade de Biritinga se situa na menor posição na hierarquia, sendo um centro local, exercendo influência restrita a seus próprios limites territoriais, e apresentando baixa concentração e complexidade inferior de atividades e serviços. A cidade de Serrinha está no terceiro nível hierárquico, sendo um Centro Sub-Regional B, apresentando atividades de gestão menos complexas, com áreas de influência de menor extensão que as áreas das Capitais Regionais e com porte populacional equivalente em média nacional a 85 mil habitantes. Feira de Santana, por sua vez, ocupa a segunda posição na hierarquia urbana, sendo uma Capital Regional B, caracterizada pela alta concentração de serviços e atividades de gestão. Importante destacar que esta cidade exerce enorme efeito de polarização na região nordeste da Bahia, com contingente populacional municipal de 657.948 habitantes.

Os dados revelam a existência de relações funcionais entre Biritinga e as cidades de Serrinha e Feira de Santana. É possível constatar as posições de centralidade de Serrinha no contexto de sua microrregião e de Feira de Santana no âmbito da rede urbana da região nordeste da Bahia. Importante salientar que a noção de centralidade é indicada pelo “[...] grau de importância [de um núcleo urbano] com base em suas funções centrais: maior número delas, maior a sua região de influência, maior a

população externa atendida pela localidade central, maior a sua centralidade” (Conte, 2014, p. 77).

Relações campo-cidade e as ruralidades no espaço urbano de Biritinga (BA)

Há um flagrante entendimento sobre a importância das relações campo-cidade e da presença das ruralidades nos estudos das cidades pequenas. Wanderley (2001) admitiu as relações entre a pequena cidade e o mundo rural, trabalhando com as categorias urbanização e ruralidade. Fabrini (2009) revelou a reprodução contraditória do rural nas cidades pequenas, destacando a forte presença de características agrárias e a conformação de uma singular relação entre urbano e rural. Corrêa (2011) asseverou que as pequenas cidades estão situadas na confluência do urbano e do rural. Henrique (2012) destacou as marcas típicas da ruralidade e da urbanidade nas pequenas cidades, identificando a presença de arquétipos rurais e urbanos. Lima-Payaya et al. (2021) advogaram a importância dos conceitos de espaço e lugar, urbano e rural para a investigação da cidade pequena, analisando o papel dos elementos rurais na conformação do espaço urbano. Coelho Neto e Muniz Filho (2024a; 2024b) investiram no estudo das relações campo-cidade e na perspectiva das ruralidades no urbano como possibilidades analíticas para compreensão da dinâmica espacial das cidades pequenas.

O debate sobre a relação campo-cidade já se tornou uma tradição nos estudos da geografia agrária e da sociologia rural. Algumas perspectivas adquiriram notoriedade e alçaram a posição de esquemas interpretativos. Em linhas gerais, a literatura reconhece duas grandes perspectivas interpretativas da relação campo-cidade: a perspectiva dicotômica e a perspectiva denominada de *continuum* (Marques, 2002; Rua, 2006; Coelho Neto, 2013).

A primeira perspectiva concebe o campo em oposição à cidade, demarcando as diferenças que tornam esses espaços distintos entre si. Coelho Neto (2013, p. 155) sintetiza essa vertente do seguinte modo:

Diversos textos ilustram os termos que dominaram essa perspectiva [dicotômica], concedendo elementos para a dualidade-dicotomia: o rural relacionado ao velho, ao tradicional, ao atrasado, ao passado, um espaço periférico onde se realizam atividades agrícolas; o urbano relacionado ao novo, ao moderno, ao adiantado, ao futuro, um espaço central onde se desenvolvem atividades industriais, do comércio e dos serviços.

Segundo Coelho Neto (2013, p. 155), a perspectiva do *continuum* ganha força a partir de meados do século XX em decorrência do “[...] avanço da urbanização e da industrialização da agricultura, anunciando maior integração entre a cidade e o campo”. Com esses processos em curso e se tornando cada vez mais robustos e intensos, admite-se que o espaço rural se aproxima da realidade urbana.

No entanto, outros esquemas interpretativos foram adquirindo forma e notoriedade, colocando-se como perspectivas analíticas. É o caso das novas ruralidades (Carneiro, 1998), das urbanidades no rural (Rua, 2006) e das ruralidades no urbano (Coelho Neto; Muniz Filho, 2024a; 2024b).

As “novas ruralidades” partem da interpretação sobre a existência de mudanças na realidade rural brasileira, que se manifestam em dois fenômenos: (i) na intensificação da pluriatividade e no surgimento de outras atividades não agrícolas, desenvolvidas ou não pela população do campo; e (ii) na busca de meios alternativos de vida no campo por pessoas da cidade, alimentadas pelo pensamento ecológico, que questionam o ritmo de vida acelerado imposto pela industrialização e pela urbanização (Carneiro, 1998).

Nas “urbanidades no rural”, são consideradas “[...] todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que esses espaços sejam tratados como formalmente urbanos” (Rua, 2006, p. 57). O autor apresenta os fundamentos de sua perspectiva, defendendo a conformação de espaços híbridos:

Procura-se apresentar/estudar o movimento de expansão das urbanidades nas áreas rurais, compreendendo a presença do urbano lefebvriano nessas áreas como manifestação do processo geral de transformações, pelo qual passa o espaço, sem que isso se perceba como destruição do rural e sim como difusão de ‘urbanidades no rural’, integrando-se a ‘novas ruralidades’ preconizadas por Maria José Carneiro, numa gestação de um espaço híbrido, produto de novas relações que não podem ser explicadas apenas pelas concepções tradicionais de urbano e rural (Rua, 2006, p. 57).

A ideia de ruralidades no urbano é uma perspectiva teórica mais recente e ainda em construção, cujo pressuposto defende a existência das ruralidades no urbano, manifestando-se na forte influência dos elementos rurais que participam da conformação do espaço urbano das pequenas cidades. Coelho Neto e Muniz Filho (2024a, p. 39) sintetizam-na do seguinte modo:

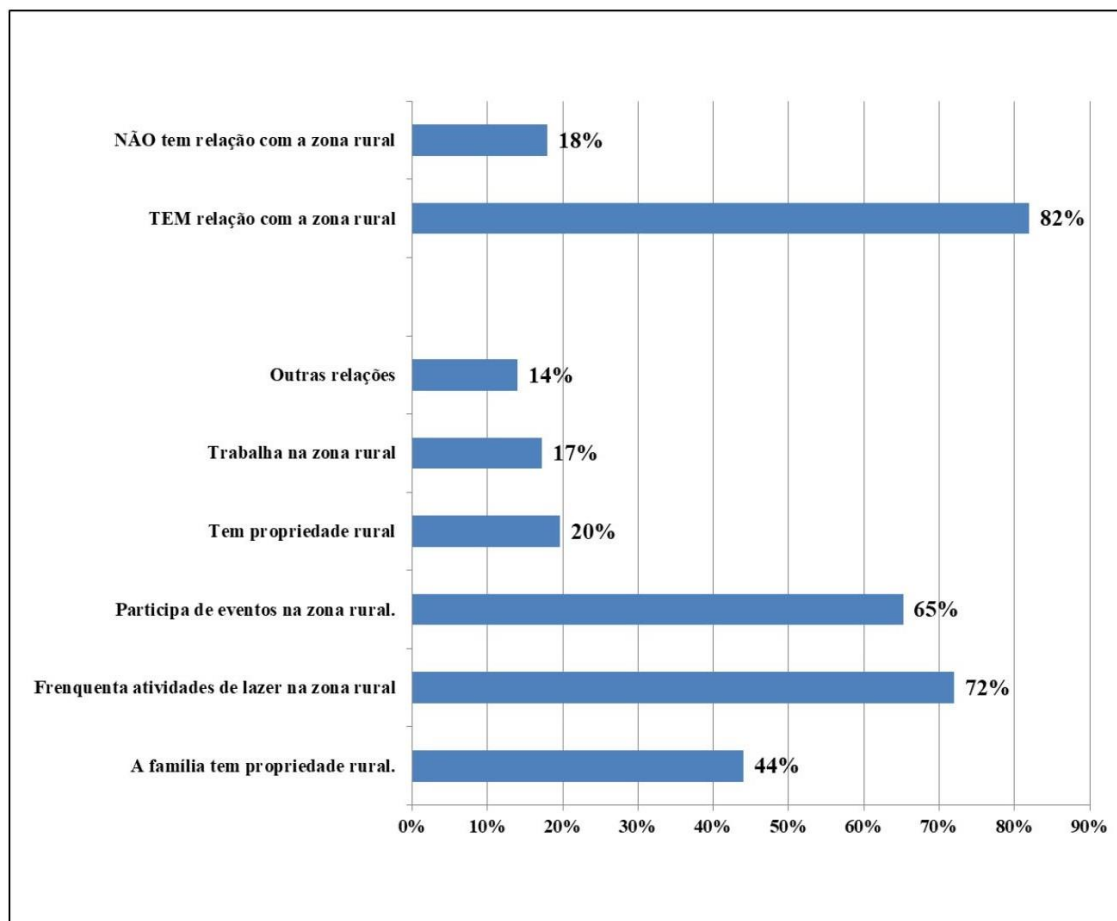
Não estamos desconsiderando ou negando a existência de conteúdos urbanos que atravessam o rural, conferindo-lhe novas formas-conteúdos, mas insistindo na coexistência do processo inverso, ou seja, na presença de ruralidades no espaço urbano, especificamente nas cidades pequenas baianas. Estamos apostando na possibilidade de realizar uma leitura da dinâmica socioespacial das cidades pequenas, tendo como âncora o pressuposto de que as ruralidades marcam e conformam essas cidades, ou seja, são presenças que permanecem expressivas na cena urbana.

Wanderley (2001, p. 1), em um estudo sobre os pequenos municípios em Pernambuco, analisa a imbricação campo-cidade e o grau de ruralidade das cidades pequenas, afirmando que “[...] a maioria da população rural do país vive nas zonas rurais dos pequenos municípios e, pelo menos em algumas regiões, a população rural é majoritária nos municípios com até 20 mil habitantes, em certos casos, com até 50 mil habitantes”. Esse é o caso da cidade de Biritinga (BA), cuja população rural em 2010 ainda atingia 76% da população municipal (Tabela 1).

O resultado do trabalho de campo, expresso na Figura 4, é inequívoco em relação à premissa de que existem estreitas relações entre a população das cidades pequenas e seu entorno rural imediato. Os dados revelam que 82% da população da cidade de Biritinga acusam a existência de relações com o campo. Trata-se de múltiplas e diversificadas formas de relacionamento com o rural, destacando-se algumas evidências: (i) 72% buscam o campo para as atividades de lazer; (ii) 65% participam de eventos no espaço rural; (iii) 20% da população citadina tem propriedade rural; e (iv) 44% tem familiares com propriedades rurais.

Considerando que a pesquisa de campo em Biritinga (BA) ouviu a população da cidade, não da zona rural, constata-se que a relação de propriedade com a terra (individual ou familiar) indica a existência de agricultores vivendo nas cidades. Desse modo, verificou-se que 43 dos 250 entrevistados, 17%, residem na cidade, mas trabalham na zona rural. Esse movimento é interpretado como uma repercussão da modernização da agricultura, promovendo a expropriação camponesa e a exploração dos trabalhadores rurais, repercutindo no êxodo rural em decorrência da falta de alternativas de sobrevivência no campo e da grande concentração fundiária e, consequentemente, da renda no campo (Oliveira, 1996; Silva, 1996).

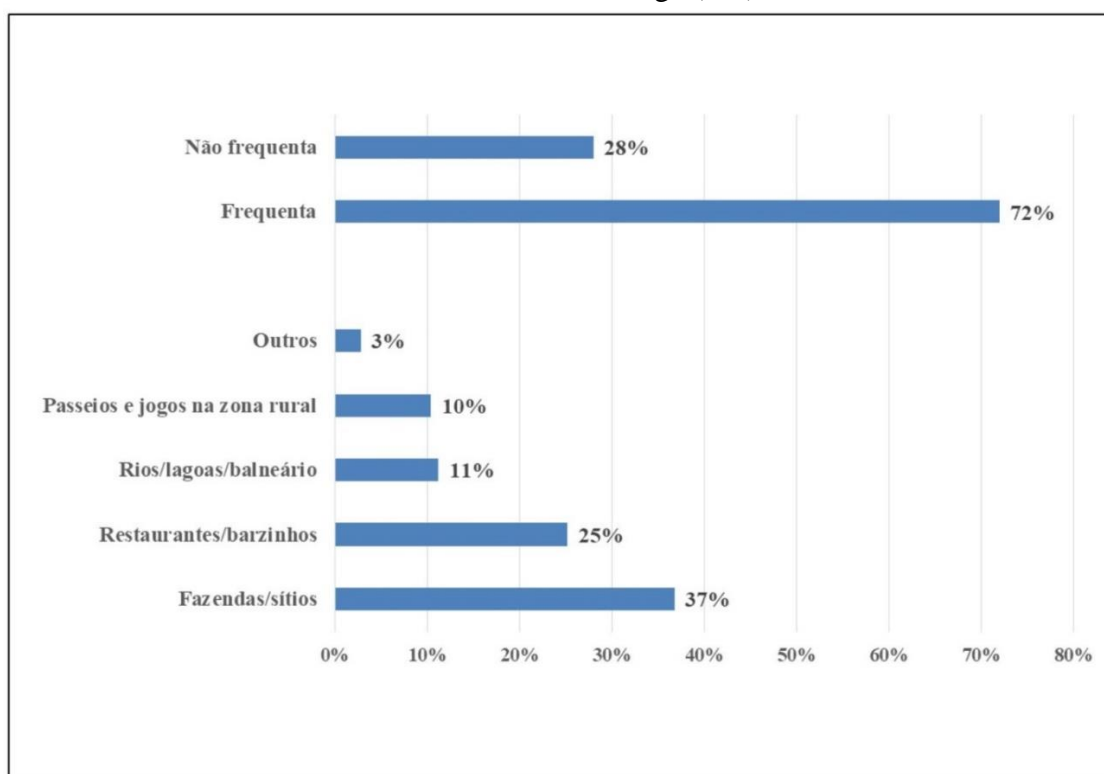
Figura 4: Tipo de relação da população residente com a zona rural, Biritinga (BA) - 2022



Fonte: Trabalho de Campo (2020-2022). Elaborado pelos autores (2024).

O espaço rural é uma opção importante para as atividades de lazer (Figura 5). Assim, 72% dos entrevistados na cidade de Biritinga (BA) informaram que frequentam o campo para o desenvolvimento de atividades de lazer. Em geral, essas atividades são: (i) participação em festas e comemorações nas fazendas ou sítios (37%); (ii) frequência em bares e restaurantes no espaço rural (25%); e (iii) banhos de rios e balneário (11%). É significativa também a realização de passeios (visita a parentes) e a participação em jogos na zona rural, predominando os jogos de futebol (10%).

Figura 5: Lugares e atividades de lazer na zona rural frequentados pela população residente na cidade de Biritinga (BA) - 2022

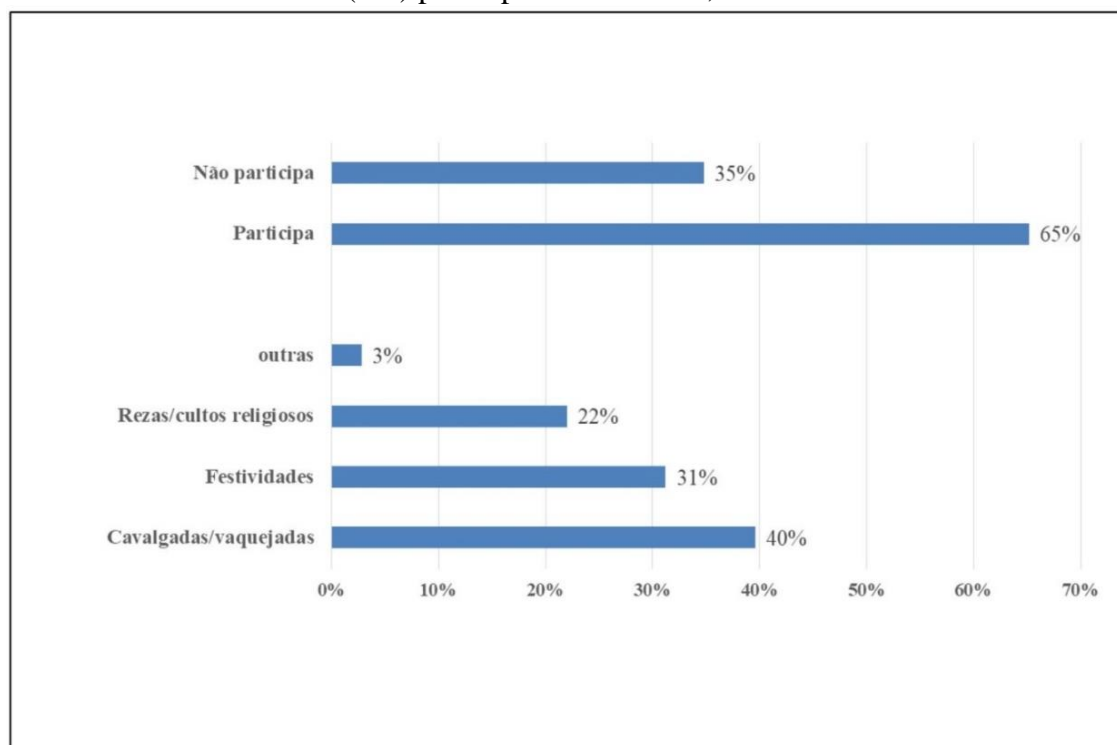


Fonte: Trabalho de Campo (2020-2022). Elaborado pelos autores (2024).

A Figura 6 se refere às manifestações culturais de que a população residente na cidade de Biritinga (BA) participa no espaço rural. Os dados revelaram que 65% dos habitantes de Biritinga costumam vivenciar essas experiências, destacando-se: (i) as cavalgadas e as vaquejadas (40%); (ii) as festividades (festas religiosas, festas juninas, festas de padroeiro, sambas de roda, eventos de associações comunitárias, aniversários e casamentos) (31%); e (iii) as rezas e cultos religiosos (22%). Essas manifestações culturais diversas e as vivências no rural expressam valores e hábitos presentes na vida das populações das cidades pequenas, conforme argumentam Coelho Neto e Muniz Filho (2024a, p. 41):

Participar destes eventos (festividades, cavalgadas, vaquejadas, rezas, cultos, casamentos, aniversários, inaugurações de obras, quadrilha nos povoados, samba de roda, festas juninas e de padroeiro), frequentando os espaços-lugares rurais como atividade de lazer, indica um modo de vida ainda fortemente marcado por características rurais, informando comportamentos, valores e hábitos rurais que permeiam/perpassam e conformam o modo de vida das/nas cidades pequenas.

Figura 6: Manifestações culturais de que a população residente na cidade de Biritinga (BA) participa na zona rural, 2020



Fonte: Trabalho de Campo (2021). Elaborado pelos autores (2023).

Lindner (2012) também reforça esse entendimento que advoga a presença de ruralidades que marcam o cotidiano das cidades pequenas, considerando se tratar de valores e tradições rurais que atravessam o modo de vida desses espaços.

As especificidades do rural, muitas vezes também podem ser percebidas em pequenas cidades ou vilarejos. Nesses locais, existe uma grande carga cultural, que pode ser traduzida através do apego às tradições, muito evidenciadas nas relações sociais da população, sua religiosidade, festividades, gastronomia e economia (Lindner, 2012, p. 21).

A partir dessas constatações, é possível apreender a profundidade da imbricação entre o rural e o urbano e o conteúdo empírico daquilo que estamos propondo pensar, isto é, a presença das ruralidades no urbano. Em consonância com o que foi dito, a partir dessa relação histórica entre o campo e a cidade, percebe-se, com ênfase nos espaços urbanos, a existência de uma grande carga cultural oriunda do campo, que pode ser traduzida através do apego às tradições, muito evidenciadas nas relações sociais da população, na religião, festejos, culinária e economia (Lindner, 2012).

As ruralidades no urbano também se manifestam por meio de elementos materiais, isto é, formas típicas do rural que se materializam no urbano, constituindo a base da vida e das relações sociais. Essas formas-conteúdos (Santos, 1996) conformam a tessitura espacial da cidade pequena (Figuras 7, 8, 9 e 10).

Figura 7: Carroça para transporte de animais na cidade de Biritinga (BA)



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Figura 8: Animais soltos nas ruas (sem calçamento) da cidade de Biritinga (BA)



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Figura 9: Carroça puxada por animal parada em terreno na cidade de Biritinga (BA)



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Figura 10: Animal pastando em área de indistinção entre urbano e rural de Biritinga (BA)



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Esse mosaico de fotografias (Figuras 7, 8, 9 e 10), ou seja, esse conjunto de paisagens, permite-nos constatar as marcas das ruralidades no espaço urbano de Biritinga, imprimindo-lhe feições rurais. Uma característica que impera na paisagem urbana das cidades pequenas é a indistinção entre o urbano e o rural, pois, “[...] os

limites demarcatórios entre a cidade e o campo são inequivocamente tênues e imprecisos, reveladores de uma transição conflituosa entre o urbano e o rural, denunciada pela precariedade de infraestrutura urbana e pela presença da natureza e dos animais” (Coelho Neto; Muniz Filho, 2024a, p. 41).

A presença de animais soltos pelas ruas da cidade ou domesticados nos quintais das casas é um fato recorrente. Ainda é persistente a presença de carroças puxadas por animais, que transitam entre o urbano e o rural. Assim, a cena urbana é atravessada por ruralidades e entranhada nos modos de vida da população citadina. Essas formas-conteúdos (Santos, 1996) revelam as marcas das ruralidades no urbano, ou seja, são elementos constitutivos da profunda imbricação rural-urbano que conforma a espacialidade das pequenas cidades.

Considerações Finais

Assumimos algumas premissas fundamentais para a leitura das dinâmicas urbano-regionais das pequenas cidades, incluindo: (i) a dimensão/tamanho populacional e a dependência da população em relação à administração pública municipal; (ii) a inserção da cidade pequena em uma rede urbana regional; e (iii) as relações campo-cidade e ruralidades no urbano. Os dados secundários e primários validam essas dimensões analíticas e reforçam sua relevância para o estudo das cidades pequenas.

A dimensão ou o tamanho populacional é uma variável importante para definição e classificação das cidades, (embora não seja um dado suficiente e não deva ser utilizado isoladamente), tendo em vista informar a existência de um mercado mais ou menos denso na oferta de bens e serviços. Observou-se em Biritinga que a população se mantém praticamente estável, com insignificante acréscimo populacional nas três últimas décadas. Esse é um fato recorrente nas pequenas cidades baianas, conforme identificaram Coelho Neto e Muniz Filho (2014b). Outro dado importante é a representatividade da população rural, ainda muito significativa no ano de 2010 (76%), dado que destoa completamente da tendência de urbanização predominante na Bahia e no Brasil.

Em relação a Biritinga, o número de empregos formais no setor público indicou o grau de dependência econômica da população em relação à administração municipal,

revelando que as prefeituras são agentes geradores de emprego e renda. Entretanto, as contas municipais informam que o município enfrenta uma enorme dependência em relação aos repasses das outras esferas do Estado (estadual e federal). Esses dados são recorrentes nas pequenas cidades baianas, conforme verificaram Coelho Neto e Muniz Filho (2024b). As prefeituras participam ativamente da dinâmica econômica municipal, mas, estas dependem das transferências governamentais, especialmente dos recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

As relações funcionais estabelecidas por Biritinga no âmbito da rede urbana do nordeste da Bahia são fundamentais para a compreensão de sua dinâmica urbano-regional. A pequena e insuficiente oferta de bens e serviços em Biritinga impõe um deslocamento à população no sentido de atender suas demandas nas cidades que estão em posição superior na hierarquia urbana, que se conforma na porção nordeste do estado da Bahia. Os resultados de campo revelaram a potência explicativa de algumas noções que compõem o arcabouço deste sistema explicativo: rede e hierarquia urbana, relações funcionais, centralidade e polarização, sobretudo nos estudos do IBGE (2020) e do IPEA (2021).

Foram constatadas também a intensidade das relações campo-cidade e a marca expressiva das ruralidades no urbano na cidade de Biritinga. A população citadina mantém estreitas relações com seu rural imediato. Os conteúdos rurais (as ruralidades) estão fortemente presentes, tanto no espaço urbano (do ponto vista das formas geográficas), como nos hábitos culturais da população da cidade. Estamos denominando esse fenômeno de ruralidades no urbano, que podem ser compreendidas como formas (objetos) espaciais, práticas e hábitos típicos do espaço rural que estruturam e atravessam o espaço urbano das pequenas cidades e tornam a relação cidade-campo um horizonte flagrantemente perceptível.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Grupo TERRITÓRIOS (Território, Rede e Ação Política).

Referências

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **A pequena cidade nas teias da aldeia global**: relações e especificidades sócio-políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara (MG). 2008. 415 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2008.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. Pequenas cidades: uma caracterização. In: ENCONTRO DE GRUPO DE PESQUISA: Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Socioespaciais 5. 2009, Santa Maria (RS). **Anais [...]**. Santa Maria (RS): Grupo de Pesquisa em Educação e Território (UFSM), 2009.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. Análise da pequena cidade sob o ponto de vista político-administrativo. In: DIAS, Patrícia Chame; SANTOS, Jânio (Org.). **Cidades médias e pequenas**: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Série Estudos e Pesquisas, v. 97. Salvador: SEI, 2012. p. 81-101.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, ano base 2022**. Disponível em:
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiODhjYTEzOTYtZWNmOS00MDBILTk4YzktMmZlZDc2YmZkNTU1IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTZhNTU1NGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTtk3OCJ9>. Acesso em: 15 fev. 2024.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998.

COELHO NETO, Agripino Souza. Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: limites da concepção de ruralidade e de territórios rurais. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 8, n. 16, p. 152-169, 2013.

COELHO NETO, Agripino Souza et. al. A cidade pequena na interface urbano-rural: demarcando conceitos necessários à investigação. In: SILVA, Onildo Araújo da. (Org.). **A cidade pequena na interface urbano-rural**: um olhar sobre o Território do Sisal. Rio de Janeiro: Consequência, 2021. p. 27-48.

COELHO NETO, Agripino Souza; MUNIZ FILHO, Antonio. Pensando as cidades pequenas na Bahia: o caso de Paramirim no Sudoeste Baiano. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 25, n. 100, p. 34-47, 2024a.

COELHO NETO, Agripino Souza; MUNIZ FILHO, Antonio. Pensando as cidades pequenas na Bahia. In: MESSEDER, Suely Aldir; LIMA, Adriana dos Santos Marmori; CARVALHO, Fernando Luis de Queiroz (Orgs). **Ciência, tecnologia e inovação em demanda**. Salvador: EDUNEB, 2024b. p. 330-351.

CONTE, Cláudia Heloiza. Rede urbana: uma breve abordagem teórica. **GeoAtos**, Presidente Prudente, n. 14, v.1, p. 76-93, jan./jun. 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. As Pequenas Cidades na Confluência do Urbano e do Rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 05-12, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Caminhos paralelos e entrecruzados**. São Paulo: Unesp, 2018.

FABRINI, João E. A reprodução contraditória do rural nas cidades pequenas. **Terra Livre**, [S./l.], v. 1, n. 32, p. 137-152, jan./jun. 2009.

FRESCA, Tânia Maria. Centros Locais e Pequenas Cidades: Diferenças Necessárias. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 75-81, set./dez. 2010.

GOOGLE MAPS. Disponível em:< <https://www.google.com/maps/> >. Acesso em: 25 out. 2024.

HENRIQUE, Wendel. Do rural ao urbano: dos arquétipos à espacialização das cidades pequenas. In: DIAS, Patrícia Chame; SANTOS, Jânio (Orgs). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Série Estudos e Pesquisas, v. 97. Salvador: SEI, 2012. p. 63-80.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Biritinga: História & Fotos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/biritinga/historico>. Acesso em: 15 jun. 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:< <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>. Acesso em: 05 ago. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html> >. Acesso em: 26 out. 2024.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Projeto Competividade e Governança das Cidades Médias do Brasil**: referencial conceitual e metodológico. Rio de Janeiro: IPEA, 2021.

JACOBI, Pedro Roberto. Las causas recientes del crecimiento urbano actual en América Latina e las tendencias de corto plazo. In: CHORNET, Alfonso Puncel (Org.). **Las ciudades de América Latina: problemas y oportunidades**. Valencia: Universidad de Valencia, 1994. p. 73-80.

LIMA-PAYAYA, Jamile Silva et al. Espaço e lugar, urbano e rural: demarcando conceitos necessários à investigação da cidade pequena. **Ciência Geográfica**, Bauru (SP), v. XXV, ano 1, p. 383-394, jan./dez. 2021.

LINDNER, Michele. A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: São João do Polêsine (RS). **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria (RS), v. 16, n. 3, p. 19-36, set./dez. 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. As Cidades Pequenas da Geografia Brasileira: A Construção de uma Agenda de Pesquisa. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 35, p. 19-33, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1996.

RUA, João. A Ressignificação do Rural e as Relações Cidade-Campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, F[S./I.], v. 1, n. 1, p. 45-66, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Panorama Socioeconômico dos Municípios (2019)**. Indicadores Municipais: Muquém do São Francisco. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/municipio/indicadores/indicadores_2922250.pdf. Acesso em: 18 out, 2023.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas-SP: UNICAMP, 1996.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Orgs). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Série Estudos e Pesquisas, v. 87. Salvador: SEI, 2010. p 93-105.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

TCM-BA. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia. **Biritinga**. Disponível em: <https://www.tcm.ba.gov.br/municipio-post/biritinga/>. Acesso em: 28 nov. 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade**: relações entre a pequena cidade e o mundo rural. Estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Recife: UFPE, 2001.

Autores

Agripino Souza Coelho Neto – É graduado em Geografia e Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Endereço: Departamento de Ciências Exatas e da Terra, rua Silveira Martins, 2555, Cabula, Salvador, Bahia, Brasil, CPE: 41.150-000.

Antonio Muniz dos Santos Filho – É graduado e mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Atualmente é Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Endereço: Departamento de Ciências Exatas e da Terra, rua Silveira Martins, 2555, Cabula, Salvador, Bahia, Brasil, CPE: 41.150-000.

Artigo recebido em: 15 de dezembro de 2024.

Artigo aceito em: 30 de janeiro de 2025.

Artigo publicado em: 01 de fevereiro de 2025.